

DEBATE SOBRE O APAGÃO

Três curtos-circuitos (sem sabotagem) provocaram blecaute, segundo o ONS

Sistema é vulnerável e exige atenção do governo, alerta Luiz Pinguelli Rosa

Ministro interino diz que setor elétrico precisa de planejamento constante

As comissões de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos realizaram audiência pública para discutir a situação do sistema elétrico; senadores se dividiram entre elogios à gestão do setor e cobrança de ações preventivas **4**



Debate reúne ministro interino Márcio Zimmermann (E); senadores Fernando Collor e Eliseu Resende; presidente da Aneel, Nelson Hübner; e diretor do ONS, Hermes Chipp

Sarney recebe líder da China, que anuncia redução de gases tóxicos entre 40% e 50%

O presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Jia Qinglin, foi recebido ontem pelo presidente do Senado, José Sarney. O líder chinês informou que seu país anunciará na Conferência sobre Mudança Climática, em Copenhague, o compromisso de reduzir a emissão de gases tóxicos entre 40% e 50% até 2020. **2**



Jia Qinglin entrega presente a José Sarney. Os dois conversaram sobre as relações entre Brasil e China

Senadores fazem homenagem aos 50 anos do BID

O Senado homenageou ontem o Banco Interamericano de Desenvolvimento, principal fonte de financiamento multilateral em 26 países da América Latina e do Caribe, pelo seu cinquentenário, que ocorrerá em 30 de dezembro. O evento foi requerido por Cristovam Buarque. **6**

Temporão: dengue e gripe suína ainda preocupam governo

Na audiência que encerrou o ciclo de debates sobre o Sistema Único de Saúde, o ministro José Gomes Temporão disse que o SUS é "a maior política social em curso no país" e anunciou a oferta gratuita, a partir de 2010, da vacina conjugada infantil para pneumococo. **5**



Frei David, Edson Santos, Romeu Tuma, William Douglas, Werneck e Roberta Kaufmann

Expositores divergem sobre Estatuto da Igualdade Racial

Ao defender a aprovação, o ministro Edson Santos afirmou que estatuto não é uma panaceia para a população negra, mas o ponto de partida para o país avançar rumo à igualdade social. Debatedores se dividiram entre apoio e críticas ao projeto, de autoria de Paulo Paim, que retornou ao exame do Senado em razão de alterações feitas na Câmara dos Deputados. **3**

O político chinês disse que as relações com o Brasil estão cada vez mais consolidadas, citando energia e mineração como as principais áreas do comércio entre os dois países



Presidente do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês cumprimenta o presidente do Senado

Sarney e Jia Qinglin celebram aproximação entre Brasil e China

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC), Jia Qinglin, com quem conversou sobre o avanço dos laços de amizade entre os dois países. Sarney lembrou a visita, feita em 1988, a Deng Xiaoping, o "arquiteto da reforma econômica chinesa".

De acordo com o presidente do Senado, naquela ocasião Deng Xiaoping falou, pela primeira vez, em uma China e dois sistemas, numa referência ao socialismo de mercado por ele inaugurado, e também que via o futuro como um ambiente de paz, avanço e cooperação entre os povos. Anunciou ainda o desenvolvimento que seu país alcançaria nos 50 anos que se seguiriam, o que, para Sarney,

surpreendentemente ocorreu em 20 anos.

O senador disse ainda ao político chinês ter grande admiração pela história da China, assinalando que esse povo tem uma tradição extraordinária na história da Humanidade. Sarney afirmou que recebia o presidente do CCPPC e sua comitiva não apenas com a visão do presente, mas com um olhar muito especial sobre o extraordinário passado chinês.

Ao agradecer o convite que Jia Qinglin lhe fez para ir novamente à China, Sarney pediu que o visitante observasse o povo brasileiro e o momento vivido agora pelo país.

– Que o senhor e sua comitiva possam verificar o que estamos realizando em matéria de progresso e desenvolvimento

social, tendo à frente um governo extraordinário, que é o do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Jia Qinglin, por sua vez, disse que o relacionamento bilateral entre Brasil e China tem uma base política cada vez mais consolidada e que a cooperação econômica e comercial vem alcançando frutos que só tendem a se multiplicar. Ele citou energia e mineração como dois dos principais itens desse comércio.

– Brasil e China desempenham papel cada vez mais importante no concerto das nações e é com a alegria pelo sucesso por nós alcançado na realização das Olimpíadas que me congratulo com a escolha do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos em 2016 – disse ainda o visitante.

Comércio entre os dois países é estratégico, afirma Sarney

Pouco antes de receber Jia Qinglin, José Sarney enalteceu o fortalecimento das relações entre Brasil e China, lembrando que aquele país é hoje o maior parceiro comercial brasileiro.

– Esse é um avanço muito importante. Em 1988, quando propus a Deng Xiaoping uma relação estratégica com o Brasil, ele me disse que era necessário tempo para se consolidar uma amizade para termos relações estratégicas. E hoje nós temos essa relação estratégica, consolidada através de acordos entre os dois países. O Brasil é hoje um parceiro privilegiado chinês e nosso comércio multiplicou-se dez vezes. Hoje, a China é o maior parceiro que o Brasil tem na área comercial.

Sarney definiu Jia Qinglin como altamente qualificado e quarto nome na sucessão do presidente Hu Jintao. Ele recebeu o político chinês na residência oficial do Senado para o almoço. Durante a tarde,

Jia Qinglin proferiu uma palestra no auditório Petrônio Portela, a convite do presidente do Senado, sobre o aprofundamento dos laços de cooperação entre a China e a América Latina.

Investimentos

Nessa visita oficial ao Brasil, com duração prevista até 30 de novembro, Jia Qinglin estuda oportunidades de novos investimentos. Sua vinda ocorre num momento em que a China ultrapassou os Estados Unidos como maior parceiro comercial do Brasil.

Atualmente, os investimentos brasileiros na China superam os daquele país no Brasil. De acordo com dados do Ministério do Comércio Chinês, até o final de 2008, o Brasil já havia feito cerca de 450 *joint ventures* e investido mais de US\$ 300 milhões na China. Nesse mesmo período, a China havia estabelecido 94 *joint ventures* no Brasil e investido US\$ 180,79 milhões.

Presidente passa mal e cancela agenda

José Sarney cancelou o restante da agenda de ontem e, por volta das 16h30, foi para sua residência. O presidente recebeu atendimento na Secretaria de Assistência Médica e Social (Sams) depois de ter se sentido mal ainda pela manhã, durante a visita de Jia Qinglin. Foi diagnosticado um quadro de gastroenterite, informou a assessoria de Sarney.

O presidente foi atendido primeiramente no posto de atendimento médico próximo ao Plenário, onde foi medida sua pressão arterial, que estava estável. De lá, ainda segundo sua assessoria, ele seguiu para a enfermaria da Sams, onde fez exames complementares e tomou soro e medicação específica.

José Sarney fez uma medição de glicose e exames de raio X e ecografia, que confirmaram o diagnóstico clínico. Terminada a soroterapia, Sarney deixou a Sams acompanhado do líder do PMDB, Renan Calheiros (PMDB-AL), que havia chegado minutos antes para visitá-lo, e seguiu para sua residência, de acordo com sua assessoria. Ao sair do posto médico, Ele acenou para a imprensa fazendo sinal de que estava tudo bem.

O diretor da Sams, o médico Paulo Ramalho, divulgou nota confirmando o diagnóstico e informando que Sarney se encontrava "em observação clínica após uso de medicação específica".

Líder chinês diz que país reduzirá gases tóxicos entre 40% e 50%

O presidente do Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Jia Qinglin, apresentou meta da China de reduzir a emissão de gases tóxicos:

– Na conferência de Copenhague em dezembro sobre mudança climática, a China apresentará compromissos para reduzir a emissão de gases tóxicos entre 40% e 50% até 2020 em relação aos níveis de 2005. E pretendemos ainda aumentar a cobertura florestal em 4 milhões de hectares no mesmo intervalo de tempo. Sabemos que haverá muitas dificuldades, mas vamos cumprir – garantiu, ao discursar na abertura da Conferência Relações China/América Latina, realizada ontem no Senado.

O parlamentar chinês defendeu uma maior aproximação de seu país com a América Latina – em especial com o Brasil – dentro do espírito de cooperação mundial que a China quer desenvolver, em todos os campos, sobretudo em segurança alimentar e defesa do meio ambiente. Destacou que a China e a América Latina apresentam complementaridade econômica e tecnológica.

Jia Qinglin, ex-prefeito de Pequim durante as Olimpíadas de 2008, citou o êxito dos jogos como exemplo da determinação chinesa. Ele também afirmou que a China já superou as Metas do Milênio estipuladas pelas Nações Unidas para melhorias na educação e saúde e redução da miséria.



Jia Qinglin (2º à esq.) participa de conferência presidida por Mercadante (C)

Mercadante: país asiático será maior parceiro comercial em 2010

Aloizio Mercadante (PT-SP), representando o presidente do Senado, José Sarney, na Conferência Relações China/América Latina, apontou a parceria nas telecomunicações, no petróleo, na aviação e na produção agrícola como as mais promissoras para o Brasil desenvolver com os chineses. Ele ressaltou que o intercâmbio entre os dois países se multiplicou por seis nos últimos cinco anos.

– A partir de 2010, a China já será nosso maior parceiro

comercial, posto antes ocupado pelos Estados Unidos. A China está se saindo bem da crise internacional de 2008/2009, assim como o Brasil. Portanto, as relações econômicas e tecnológicas tenderão a se acelerar ainda mais, para benefício das duas nações – disse.

Também participaram do evento os senadores Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e Inácio Arruda (PCdoB-CE), além de representantes do corpo diplomático chinês.

Comissão revoga moção de repúdio à China e aos EUA

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) revogou ontem moção de repúdio que seria encaminhada aos governos dos Estados Unidos e da China, em que seus integrantes lamentam a decisão dos dois países "de adiar para

o próximo ano a assunção de compromissos de minimização da mudança do clima".

De autoria do deputado federal Sarney Filho (PV-MA), a moção havia sido aprovada em reunião da comissão no último dia 24.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão plenária, às 9h, é não deliberativa e destina-se a pronunciamentos de senadores. Entre os oradores inscritos, estão Papaléo Paes (PSDB-AP), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Estatuto da Igualdade Racial causa divergências

Debate promovido ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre a proposta de Estatuto da Igualdade Racial dividiu a opinião dos participantes. Em defesa da iniciativa, manifestaram-se o ministro Edson Santos, da Igualdade Racial; frei David Santos, da Educafro

– rede de pré-vestibulares; William Douglas, conselheiro da mantenedora dessa entidade; e o procurador José Augusto Werneck, do Rio de Janeiro. Por sua vez, José Carlos Miranda, do Movimento Negro Socialista; o advogado José Roberto Militão; e a procuradora Roberta Kaufmann, do Distrito Fede-

ral, criticaram o projeto. Eduardo Suplicy sugeriu que as cotas raciais sejam temporárias, enquanto Augusto Botelho defendeu as cotas sociais. Na presidência da reunião, Romeu Tuma expressou apoio ao estatuto, afirmando que “o caminho para a sua aprovação está praticamente tranquilo”.

Críticos advertem que legislação pode aprofundar preconceitos

A adoção do Estatuto da Igualdade Racial pode contribuir para a indesejável “racialização” do país, como assinalaram expositores contrários ao projeto na audiência pública realizada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O coordenador do Movimento Negro Socialista, José Carlos Miranda, disse que a norma poderá aprofundar o preconceito, a discriminação e o racismo ao estabelecer direitos diferentes para negros. Segundo ele, o ponto mais grave é que a proposta opõe trabalhadores da mesma situação econômica e social.

Como exemplo, citou o artigo 45 do projeto, que trata da concessão de incentivos fiscais para contratação de negros pelas empresas. Como acredita, se a lei passar desse modo, vai levar à demissão de brancos, já que as empresas vão tender a buscar os benefícios fiscais, optando assim pelo trabalhador negro.

Gravidade

Por sua vez, o advogado José Roberto Militão afirmou que os problemas poderão ser maiores do que os poucos benefícios para a população de negros e pardos. “A legislação proposta, apesar de sua fragilidade como instrumento de promoção de igualdade, traz em si o pior dos pecados, que é promover a introdução da ideia de raça como entidade jurídica”, disse ele.

Militão esclareceu que o con-

ceito de raça está permeado pela ideia de que há raças superiores e inferiores. Isso explica, conforme disse, a resistência de pessoas negras, mesmo crianças de pouca idade, em assumir – como se pretende – que pertencem à “raça negra”. Essa negação seria uma forma de recusa ao “pertencimento a uma raça que a sociedade diz ser inferior”.

– O Estado não tem o direito de dizer a meus filhos e netos que pertencem a uma raça inferior. Não há outro caminho contra as desigualdades atuais senão a educação. Cotas não resolveram problemas em lugar nenhum. As experiências de leis raciais foram terríveis, inclusive para os afrodescendentes.

Equívoco

A procuradora Roberta Fragozo Kaufmann, do Distrito Federal, também considera um equívoco as políticas com base racial.

Para ela, a forma adequada para enfrentar o problema é com leis severas que punam o preconceito e a discriminação. A seu ver, leis afirmativas com base no critério de raça podem gerar efeitos contrários aos pretendidos.

– Em vez de criar ambiente em que todos percebam que a cor da pele não é fator decisivo para a imagem das pessoas e combater essa ideia perversa, o que pode passar é a imagem inversa, de que esse é um elemento suficiente para diferenciá-las – disse.



Na CCJ, frei David Santos, Edson Santos, senador Romeu Tuma, William Douglas, Augusto Werneck e Roberta Kaufmann

“É uma lei para a sociedade”, defende ministro

O Estatuto da Igualdade Racial não é uma lei para os negros, é uma lei para a sociedade brasileira. A declaração foi feita ontem pelo ministro da Igualdade Racial, Edson Santos, em audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que debateu a proposta de estatuto, de iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS). A matéria voltou ao Senado após ter sido aprovada, mediante substitutivo, na Câmara dos Deputados.

Edson Santos disse defender “com veemência” a aprovação da norma, como forma de contribuir para a evolução do país rumo a uma democracia racial. Informou que está buscando mediar os entendimentos em relação ao conteúdo da proposta para que possa resultar em uma lei que una a sociedade em torno da promoção da igualdade nesse aspecto.

O ministro ponderou, contudo, não considerar o estatuto uma panaceia para a população negra, mas um ponto de partida para o país avançar no rumo da igualdade racial. Segundo observou, o estatuto oferece diretrizes para atuação do Estado na busca da igualdade racial em diversas áreas, como saúde, educação, cultura, esporte, lazer, liberdade de consciência, crença, moradia adequada, direito

das comunidades quilombolas, mercado de trabalho e acesso à Justiça.

As afirmações segundo as quais a instituição de cotas para negros nas universidades geraria “racialização” foram contestadas por Edson Santos, que disse ver um certo “terrorismo” nesse debate. O ministro fez um apelo para que o tema seja encarado com a mínima emoção e que se leve em conta nessa discussão uma análise histórica do país e as perspectivas de desenvolvimento em que se considere a situação da população mais pobre e se vislumbre políticas de distribuição de renda.

Edson Santos lastimou o fato de o país ainda ser “escravocrata em muitas áreas” e citou como exemplo o trabalho doméstico, em que 95% são negros e somente 27% têm a carteira assinada.

Determinativo

Frei David Santos, representante da Educafro (rede de 200 pré-vestibulares para população de baixa renda), considerou tímido o texto aprovado pelos deputados, por ser apenas autorizativo, enquanto, em sua avaliação, deveria ser determinativo. O ideal, para ele, seria o Senado optar pela versão aprovada originalmente na Casa

e não pelo substitutivo que saiu da Câmara, onde, segundo observou, os negros tiveram que ceder muito.

Inovações

No mesmo sentido, William Douglas, conselheiro da mantenedora Saecith, vinculada à Educafro, disse considerar que o texto atual do estatuto não é o ideal, mas um ponto de partida que não pode ser perdido. A seu ver, a norma poderá ser melhorada no futuro, mas, observou, sua aprovação não pode ser adiada.

– Não mexer em nada é perpetuar a desigualdade. Os negros precisam do Estado para melhorar suas condições de vida.

Também o procurador José Augusto Werneck, do Rio de Janeiro, ressaltou que o racismo ainda é forte no país, embora muitas vezes seja camuflado, o que, para ele, é “ainda pior”.

Desde a escravidão, como observou, o país vem convivendo com políticas de Estado para asfixiar as possibilidades de ascensão de negros e pardos e a cultura dos afro-brasileiros.

Werneck, que colaborou na formulação do texto da lei que fixou cotas para negros e pardos nas universidades estaduais fluminenses, defendeu a permanência dessa reserva por 25 anos, período de uma nova geração.

Estatuto da Igualdade Racial

Entre as principais mudanças aprovadas pelos deputados, destacam-se:

Saúde	O substitutivo da Câmara prevê acesso universal e igualitário ao Sistema Único de Saúde (SUS) para promoção, proteção e recuperação da saúde da população negra, que deverá ficar a cargo de instituições públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal. O objetivo é garantir tratamento adequado em doenças mais comuns na raça negra, como a anemia falciforme.
Desigualdade racial	Define como desigualdade racial todas as situações injustificadas de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica.
Partidos políticos	Foi mantida no texto a exigência de cotas em partidos políticos para representantes de comunidades negras. De acordo com o substitutivo, coligações e partidos políticos devem ter, no mínimo, 10% de representantes negros em suas campanhas para eleições de deputados federais, estaduais e vereadores. Hoje, só há reserva para mulheres.
Educação	A proposição determina que seja obrigatória a disciplina que trate da história geral da África e da população negra no Brasil nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio públicos e privados.
Empregos	O poder público poderá oferecer incentivos a empresas com mais de 20 empregados que contratarem, pelo menos, 20% de negros.
Discriminação	A proposta acrescenta à Lei 7.716/89, sobre discriminação racial, o crime de expor, na internet ou em qualquer rede pública de computadores, informações ou mensagens que induzam ou incitem a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. A pena prevista é reclusão de um a três anos e multa.
Liberdade religiosa	A proposta assegura o livre exercício dos cultos religiosos de origem africana, prevendo inclusive assistência religiosa aos seus seguidores em hospitais e também denúncia ao Ministério Público para abertura de ação penal em face de atitudes e práticas de intolerância religiosa.
Moradia	Os programas de moradia do governo federal deverão assegurar tratamento equitativo à população negra, assim como os bancos públicos e privados que atuam em financiamento habitacional.

Suplicy sugere cotas raciais temporárias

Ao avaliar, na audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça, a proposta do Estatuto da Igualdade Racial, Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que as cotas previstas no projeto de lei sejam temporárias. O senador argumentou que, assim, “será possível chegar a um consenso sobre o projeto em discussão na Casa”.

Suplicy lembrou que o debate sobre o Estatuto da Igualdade Racial, de iniciativa do senador Paulo Paim, já dura alguns anos e “é apaixonado”.

Augusto Botelho (PT-RR) argumentou que o estabelecimento das “cotas sociais” – que visam beneficiar a população mais pobre – seria mais adequado que as cotas raciais.

Para Augusto, “identificar a pessoa pela raça é ruim”. O parlamentar também questionou por que a proposta do estatuto não cita explicitamente os índios.

Por sua vez, Romeu Tuma (PTB-SP), que presidiu a audiência, manifestou-se favoravelmente ao projeto. Segundo

o senador, “o caminho para a aprovação do estatuto está praticamente tranquilo”.

– Ontem [quarta-feira], eu disse a Paim que está tudo acertado para que a matéria seja aprovada – garantiu o parlamentar.

Durante a audiência pública da Comissão de Justiça, houve participantes que defenderam o estatuto como também os que se opuseram à iniciativa – divisão que se refletiu, inclusive, entre representantes do movimento negro.

Comissões de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos ouvem técnicos e representantes do governo sobre falta de energia que atingiu 18 estados



Foto de José Cruz

Zimmermann (E), Collor, Eliseu Resende, Hübner e Chipp debatem situação do sistema elétrico em reunião da CAE e da CI

Triplo curto-circuito causou apagão, diz diretor do ONS

O BLECAUTE QUE atingiu 18 estados no dia 10 de novembro foi causado por problemas técnicos isolados nas linhas de distribuição da energia gerada na usina de Itaipu, entre as cidades de Ivaiporã (PR) e Itaberá (SP), devido a três curtos-circuitos simultâneos, que geraram um efeito dominó em outros estados. A afirmação foi feita ontem pelo diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o engenheiro elétrico Hermes Chipp. Ele garantiu que não existe a menor hipótese de o apagão ter sido causado por sabotagem.

Chipp foi um dos convidados a participar de audiência públi-

ca realizada pelas comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE) para discutir a interrupção no fornecimento de energia elétrica. O debate também teve como objetivo discutir a situação do sistema elétrico brasileiro, em especial nas áreas de geração, transmissão e gerenciamento, além da fiscalização dos investimentos no setor.

Relatório técnico

Em sua exposição, o diretor do ONS explicou que o relatório técnico sobre as causas do apagão – que está sendo elaborado por 70 técnicos – deverá ser concluído até o dia 4 de dezem-

bro. Disse ainda que são duas as prováveis causas dos curtos-circuitos que levaram ao blecaute: descargas atmosféricas e (ou) redução da capacidade dos isoladores submetidos às fortes chuvas e ventos.

Chipp descartou qualquer tipo de comparação com os apagões de 1999 e 2002, ocorridos, segundo explicou, por falta de investimentos no setor elétrico, mas não garantiu que o sistema está livre de outras interrupções de energia como a ocorrida recentemente.

– Temos que identificar os problemas e criar medidas preventivas que os reduzam – afirmou.

Aneel só tomará medidas após relatório técnico, afirma Hübner

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) depende do relatório técnico sobre as causas da interrupção no fornecimento de energia elétrica ocorrida no último dia 10 a fim de sugerir as medidas mais adequadas para evitar situação similar no futuro.

A informação foi dada pelo presidente da agência, Nelson Hübner, durante audiência conjunta das comissões de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos.

A partir do relatório, que apontará as possíveis causas do apagão que atingiu 18 estados, ressaltou Nelson Hübner, a Aneel verificará se há necessidade de mais investimentos na área.

O presidente da Aneel explicou que a agência participa na elaboração de tal relatório com as equipes técnicas e fiscaliza

todos os agentes envolvidos no incidente.

Pontos como as condições de operação, os registros históricos de manutenção e ocorrências, a adequação aos critérios e a operação do sistema de forma segura, entre outros, são verificados pela agência, informou Hübner.

Equipamentos

Respondendo ao presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), o presidente da Aneel disse que a agência apenas fiscaliza se as instalações foram feitas dentro dos padrões internacionais, mas não faz exigências técnicas em relação aos equipamentos a serem adquiridos pelo sistema operacional. Hübner explicou que esses equipamentos resultam de profundas pesquisas e são adotados em todo o mundo.



Lobão Filho (E), Paulo Duque, Suplicy e Cavalcanti durante audiência conjunta

Ministério de Minas e Energia defende planejamento constante

O ministro interino de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, defendeu o constante planejamento do setor elétrico para evitar situações de racionamento ou de apagões.

Para cumprir o desafio de levar energia a todos os pontos do território nacional – de dimensões continentais, conforme observou ele, durante a audiência conjunta da CI e da CAE –, é imprescindível o planejamento. São 130 mil quilômetros de linhas de transmissão instaladas no país, integradas de forma planejada, informou Zimmermann.

Ele previu que a demanda por energia vai aumentar nos próximos anos, uma vez que o Brasil está crescendo e, por isso, o país precisa continuar investindo no setor. Segundo o ministro interino, o governo destinará R\$ 40 bilhões até o final de 2010.

Atualmente, informou, o consumo de energia elétrica do Brasil está em 2.300 kilowatts por hora, enquanto que esse consumo é de 13 mil Kw/h nos Estados Unidos e de 4 mil Kw/h na África do Sul, exemplificou.

Ele argumentou ainda que o Brasil investe prioritariamente em hidrelétricas “devido à durabilidade da instalação, que ultrapassa os cem anos”. Uma termelétrica, sistema usado comumente na Europa, destacou, tem durabilidade de 40 anos,

em média. Em sua avaliação, “a hidrelétrica é o caminho natural do Brasil”.

Itaipu

Questionado pelo senador Efraim Morais (DEM-PB) – autor, juntamente com Fernando Collor e Eduardo Suplicy (PT-SP), do requerimento para a audiência pública –, Zimmermann garantiu que o novo acordo feito entre os governos brasileiro e paraguaio em relação à usina hidrelétrica de Itaipu não aumentará o valor da tarifa de energia elétrica. “A proposta enviada ao Congresso para discussão não prevê essa possibilidade”, explicou.

Urbanitários

Ainda durante a audiência, Lobão Filho (PMDB-MA) leu nota divulgada pela Federação Nacional dos Urbanitários afirmando que, em relação ao apagão do dia 10 de novembro, “muitas impropriedades estão sendo veiculadas por quem não entende o setor”. A nota afirma que o sistema elétrico brasileiro é complexo e que “os trabalhadores eletricitários – técnicos e especialistas altamente qualificados e respeitados internacionalmente – construíram e operam um dos melhores e mais confiáveis sistemas elétricos do mundo”. Tal sistema, enfatiza a federação, é copiado por muitos países.

Pinguelli: blecaute revela vulnerabilidade do sistema

O diretor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), Luiz Pinguelli Rosa, que participou do debate promovido pela CAE e pela CI, disse que, apesar de o apagão não ter sido causado por falta de investimentos, o governo não pode se isentar de responsabilidades.

Segundo Pinguelli, o blecaute ocorrido no início do mês é uma oportunidade para se chamar atenção para o sistema brasileiro de energia elétrica, que precisa de aperfeiçoamentos, apesar dos altos investimentos feitos no setor.

– Há necessidade de se esclarecer o que aconteceu e reconhecer que temos vulnerabilidades que exigem atenção. Não podemos nos acomodar nessa situação – afirmou.



Governo não está livre de responsabilidade, diz Pinguelli

Senadores questionam medidas preventivas

No debate da CAE e da CI, Eliseu Resende (DEM-MG) disse não haver dúvidas de que o apagão foi ocasionado por descargas elétricas, que provocaram curto-circuito. No entanto, observou que esse tipo de fenômeno pode ser frequente, sendo necessário que sejam adotadas “medidas efetivas” para evitá-lo.

Valdir Raupp (PMDB-RO) questionou possíveis fragilidades no sistema brasileiro de

distribuição, que é interligado e que teria contribuído para que o problema ocorresse em cadeia, ampliando a extensão do apagão. Para os especialistas ouvidos pelas comissões, o sistema interligado é uma vantagem, pois permite potencializar o uso da energia gerada em cada usina. Eles, no entanto, enfatizaram a necessidade de se buscar possíveis falhas e melhorar os mecanismos de controle e monitoramento das redes de

distribuição de energia.

Roberto Cavalcanti (PRB-PB), após as explicações dos especialistas, afirmou que o sistema elétrico brasileiro apresenta alto nível de gestão. Opinião semelhante foi manifestada pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que disse não haver hoje no Brasil restrição de oferta de energia, como em 2002, quando a população foi submetida a um racionamento.

Número de casos de dengue e de H1N1 caiu ao longo do ano, mas ainda é alto, e governo se prepara para evitar surtos das duas doenças

Temporão: dengue deixa 102 municípios em alerta

O COMBATE À dengue continua sendo uma preocupação do governo federal para 2010. O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, revelou – em audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – a existência, em 2009, de 102 municípios em situação de alerta, dos quais 17 são capitais; e dez municípios em situação de risco de surto da doença. Na comparação com 2008, constatou-se aumento no número de municípios em estado de alerta (eram 71) e com risco de surto (eram cinco), ao mesmo tempo em que os municípios com índices satisfatórios da doença caíram de 83 para 42.

Apesar das perspectivas negativas, Temporão assinalou que ações de combate à dengue resultaram na redução de 63% do número de mortes, 46% do número de casos da doença e 80% dos casos considerados graves em relação a 2008. Dos dez municípios em risco de surto, quatro estão no Sudeste, quatro no Nordeste, um no Norte e um no Centro-Oeste.

Meningite C

O senador Wellington Salgado (PMDB-MG) indagou sobre o fornecimento de vacinas contra a meningite C à população de Araguari (MG), que, assim como outros municípios mineiros, vem registrando aumento de casos da doença. Temporão confirmou o início da vacinação

das crianças no estado – a vacina contra a meningite C não faz parte do Programa Nacional de Imunização (PNI) e cada dose em clínicas privadas custa de R\$ 120 a R\$ 200 –, mas descartou a indicação de vacinação universal nas áreas com registro de casos da doença. Temporão admitiu que a solução para o problema seria a incorporação da vacina no PNI, que tem custo estimado de R\$ 300 milhões por ano.

Enquanto a vacina contra a meningite C não entra no

calendário nacional, informou o ministro da Saúde, passará a ser oferecida gratuitamente, a partir de 2010, a vacina que previne contra a meningite bacteriana, a otite média e a pneumonia. Conforme revelou Temporão, acordo de cooperação tecnológica entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o laboratório GlaxoSmithKline (GSK) irá possibilitar a produção da vacina conjugada infantil para pneumococo no país. Hoje, a dose da vacina em clínicas particulares custa R\$ 500.



Ministro Temporão, ao lado de Rosalba Ciarlini, encerra ciclo de debates sobre o SUS realizado pela CAS e pela Subcomissão de Defesa da Saúde

Houve redução de casos da gripe A, que ainda preocupa

A exemplo da dengue, o número de casos da gripe A (H1N1) teve uma redução este ano, mas ainda preocupa. Durante a audiência na CAS, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, afirmou que essa queda é sustentada, mas admitiu que o Brasil vem se preparando para uma nova onda da doença, procurando não só estocar medicamentos, como também viabilizar a produção (pelo Instituto Butantã, em São Paulo) e a compra da vacina.

O início da vacinação contra a H1N1 foi questionado pela presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN). Segundo Temporão, isso só deverá começar entre março e abril de 2010. Atualmente, a estratégia de combate à doença conta com um crédito extra de R\$ 2,1 bilhões. O ministro adiantou também já ter sido feito o pregão para a compra de 40 milhões de doses dessa vacina, devendo o Instituto Butantã viabilizar a produção de mais 20 a 33 milhões de doses.

Ministro faz balanço e aponta SUS como "maior política social do país"

O balanço parcial da saúde em 2009, apresentado pelo ministro José Gomes Temporão, fechou o ciclo de debates sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) realizado em conjunto pela CAS e pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Desde sua criação, pela Constituição federal de 1988, o SUS vem acumulando números expressivos na assistência à saúde de milhões de brasileiros, o que o credencia – nas palavras de Temporão – como "a maior política social em curso no país".

De acordo com o ministro, o SUS é o único recurso de assistência à saúde disponível para 70% da população brasileira, reunindo 64 mil estabelecimentos credenciados. Anualmente, realiza 2,3 bilhões de procedimentos ambulatoriais; 254 milhões de consultas e 11,3 milhões de internações.

Entre as conquistas obtidas nesses 21 anos, sobressaem a queda de 60% na taxa de mortalidade infantil – creditada, principalmente, ao Programa Saúde da Família (PSF), presente hoje em 94,2% dos 5,5 mil municípios brasileiros – e a iminência de a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarar o Brasil livre da rubéola e da rubéola congênita.

Além de conviver com uma carência crônica de recursos – "o Brasil gasta pouco em saúde, apenas 3,4% do PIB [produto interno bruto]" –, o SUS tem como desafio maior, segundo Temporão, enfrentar as rápidas mudanças no perfil demográfico e epidemiológico, com redução da taxa de fecundidade (número médio de filhos por mulher) e aumento da expectativa de vida. O ministro acredita que, se não houver reforço no financiamento do SUS, sua sustentabilidade estará ameaçada.

Senadores questionam Temporão sobre ações do governo

Outras questões ligadas à saúde foram feitas ao ministro José Gomes Temporão. Paulo Duque (PMDB-RJ) perguntou sobre o programa Farmácia Popular, que oferece remédios a preço de custo, e Adelmir Santana (DEM-DF) pediu investimentos no interior para evitar a superlotação nas grandes cidades.

Já Augusto Botelho (PT-RR) questionou preços mais altos de medicamentos genéricos. Segundo Temporão, isso costuma ocorrer quando similares são lançados no mercado a preços mais baixos.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) reclamou de dificuldades na liberação de emendas parlamentares para a saúde, e Mão Santa (PSC-PI) criticou os baixos salários pagos aos médicos. Perguntado por José Nery (PSOL-PA) sobre as ações contra a malária, Temporão revelou que a Fundação Oswaldo Cruz obteve empréstimo de 35 milhões de euros para o combate à doença.

Parlamentares conhecem de perto situação de brasileiros na Guiana Francesa

Para conhecer a realidade de cerca de 10 mil brasileiros que vivem em situação irregular na Guiana Francesa, chegaram ontem a Caiena os senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Heráclito Fortes (DEM-PI). Eles visitaram dois bairros de periferia habitados por brasileiros e foram informados por deputados regionais e pelo representante do governo francês de que, se de um lado há simpatia pelo Brasil, de outro existe grande preocupação com os efeitos sobre o meio ambiente da atividade de garimpo por brasileiros.

Assim que deixaram o aeroporto da capital, onde foram recebidos pela consuleira do Brasil, ministra Ana Lélia Benincá Beltrame, os senadores percorreram as esburacadas ruas do Arc-en-Ciel, o bairro que os brasileiros chamam de Arco-Íris. No local, onde vivem trabalhadores de limpeza, construção e outros serviços, não há escolas ou postos de saúde.

No encontro com Daniel Ferey, o prefeito



Eduardo Azeredo pede compreensão com os cidadãos do Brasil que vivem de forma irregular

– espécie de governador, a autoridade máxima da Guiana Francesa, Eduardo Azeredo solicitou maior atenção aos moradores do Arco-Íris. O senador, que preside a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, disse reconhecer que, além dos cerca de 6 mil brasileiros que vivem de forma legal no departamento francês, existem milhares de outros em



Heráclito Fortes anuncia que em 2010 serão restabelecidos os voos do país para Caiena

situação irregular que "trazem problemas, mas precisam de compreensão". Por outro lado, defendeu a conclusão da rodovia que ligará a Macapá à fronteira e da ponte entre o Amapá e a Guiana.

– Essa é uma porta de entrada para a Europa – afirmou Azeredo.

Heráclito, por sua vez, anunciou a provável retomada, em 2010, dos voos

da empresa aérea TAF entre Fortaleza, São Luís, Belém e Caiena. A empresa, informou, está concluindo as negociações para a obtenção de financiamento da compra de novos aviões da Embraer, a fim de reiniciar a linha.

Simpatia

No Conselho Regional, Heráclito e Azeredo receberam uma grande demonstração de simpatia pelo Brasil. O presidente do conselho, Antoine Karam, defendeu maior aproximação da Guiana Francesa com os países vizinhos. Ele recordou que a população da Guiana sobreviveu à 2ª Guerra Mundial graças aos suprimentos enviados pelo Brasil – inclusive de cadernos escolares por meio dos quais os antigos habitantes locais aprenderam a letra do Hino Brasileiro.

– Os brasileiros não são apenas garimpeiros que trazem problemas. Eles são explorados e humilhados. E são brasileiros, mas também franceses – disse Karam.

Senadores lembram os 50 anos do BID

O Senado homenageou ontem o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) pelo seu cinquentenário, que ocorrerá em 30 de dezembro. O evento ocorreu a partir de requerimento de Cristovam Buarque. Os senadores Gerson Camata e Eduardo Suplicy também destacaram o trabalho da instituição. O BID é a principal fonte de financiamento multilateral em 26 países da América Latina e do Caribe e tem como missão apoiar o desenvolvimento econômico e social da região, por meio de empréstimos e operações de coope-

ração técnica. O banco levanta recursos no mercado internacional com taxas de mercado favoráveis, possibilitando o empréstimo a custos competitivos. Além disso, propõe soluções para questões de desenvolvimento, ao atuar em parceria com governos, empresas e organizações da sociedade civil. Com sede em Washington, nos Estados Unidos, o BID também oferece pesquisas, assessoria e assistência técnica para apoiar projetos em áreas como educação, agricultura e redução da pobreza, entre outras atividades. Os 26 países da América Latina

e Caribe que recebem financiamentos do BID são considerados membros mutuários da instituição e têm, juntos, 50,02% do poder de voto na diretoria do BID. Outros 22 são membros não mutuários, pois entram com capital e têm poder de voto na assembleia de governadores e na diretoria-executiva do banco. Esses países são: Estados Unidos, Canadá, Japão, Israel, Coreia do Sul, China, Alemanha, Áustria, Bélgica, Croácia, Dinamarca, Eslovênia, Espanha, Finlândia, França, Itália, Noruega, Países Baixos, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça.



Suplicy entregou ao representante do BID cópia de seu livro sobre o tema

Suplicy pede apoio a projetos de renda mínima

Durante a comemoração do cinquentenário de criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ao executivo Jaime Mano, representante da instituição na homenagem, que o banco apoie a implantação de programas de renda mínima no Brasil. Ele descreveu a experiência que vem sendo realizada no município de Santo Antônio do Pinhal (SP).

Suplicy informou que a cidade de 7 mil habitantes, localizada na serra da Mantiqueira, há duas semanas transformou-se no primeiro município brasileiro a ver sancionada uma lei de renda básica de cidadania. Ele entregou a Jaime Mano cópia do projeto aprovado pela Câmara Municipal, que teve o aval do prefeito.

Eduardo Suplicy também repassou ao executivo do BID boletins da *News Flash*, da *Basic Income Earth Network*, e da *US Big Newsletter*. As duas publicações contêm dados sobre a conferência que será realizada em Quebec, quando será debatida a rede de renda básica dos Estados Unidos e do Canadá. O senador informou que ele próprio foi convidado para falar sobre a instituição da renda básica.

Jaime Mano recebeu ainda do senador cópia do seu livro *Renda básica de cidadania*, em espanhol. Suplicy destacou que as experiências de renda básica têm se espalhado pelo mundo. Nigéria, Namíbia e Mongólia foram três dos países citados pelo parlamentar que estão implementando programas de renda básica, que já funciona com sucesso no Alasca, estado norte-americano.

Cristovam sugere que banco invista mais em educação

Ao discursar na sessão de homenagem ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a participação da instituição em programas de financiamento voltados para a melhoria dos sistemas educacionais dos países associados com deficiências nesse setor.

– A gente precisa de um banco que ajude a fazer a revolução do século 21: a revolução do conhecimento para todos, igualmente, e a revolução do conhecimento da mais alta qualidade para aqueles que tiverem talento, persistência e vocação, mas escolhidos entre todos, não apenas entre uma minoria que, no nosso continente, consegue aprender a ler, fazer o ensino fundamental, terminar o ensino médio, entrar numa universidade e fazer um bom curso – disse.

Segundo Cristovam, “a saída” para o desenvolvimento de países pobres não está na expansão de indústrias ou na agricultura de exportação, mas no aprimoramento das escolas.

Autor do requerimento de homenagem, Cristovam justificou seu pedido enfatizando a importância fundamental do BID para vários projetos em andamento no Distrito Federal iniciados à época em que era governador. A razão mais importante, no entanto, para o pedido, conforme afirmou, foi de ordem sentimental, em razão de ter trabalhado durante seis anos na instituição em Washington,

Tegucigalpa e Quito.

Na primeira parte de seu pronunciamento, Cristovam apresentou um histórico da trajetória do BID, destacando a participação do presidente Juscelino Kubitschek para a criação do banco. Em 1958, JK sugeriu ao presidente norte-americano Dwight Eisenhower a ampliação dos esforços de cooperação, o que levou à decisão de fundação do banco.

– Os empréstimos e as garantias e doações disponibilizados pelo BID ajudaram a financiar projetos de desenvolvimento e até hoje respaldam estratégias para reduzir a pobreza, expandir o crescimento, ampliar o comércio e o investimento, além de promover a integração regional, o desenvolvimento do setor privado e a modernização do Estado – afirmou Cristovam.



Cristovam exorta o BID a participar da “revolução do conhecimento”



Entre Jaime Mano, do BID, e Cristovam Buarque (D), Camata preside homenagem

Brasil tem profunda ligação com a entidade, diz Camata

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) saudou a passagem dos 50 anos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a serem comemorados em 30 de dezembro.

Camata lembrou que o Brasil tem uma profunda ligação com a história da instituição, criada no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA) a partir de proposta do presidente Juscelino Kubitschek.

Para o senador, a homenagem ao cinquentenário do BID ganha relevância pelo fato de a criação do banco, em 1959, dever-se à necessidade de apoiar o processo de desenvolvimento socioeconômico da América Latina e do Caribe, “região historicamente rica em promessas vindas das nações desenvolvidas, porém, carentes da ajuda internacional concreta”.

Atualmente, disse Camata, o BID é a principal fonte de financiamento multilateral em 26 países da região em que atua, emprestando a taxas extrema-

mente competitivas e atuando em parceria com empresas, governos e organizações da sociedade civil. A instituição também oferece assessoria e assistência técnica em áreas como educação, agricultura e redução da pobreza.

– Em suma, a atuação do banco é totalmente voltada para a obtenção do crescimento econômico sustentável por meio do aumento da competitividade das economias locais, da modernização das instituições públicas e da promoção do livre comércio e da integração regional. O próprio crescimento sustentável promove a redução da pobreza e das desigualdades, consequência benéfica da geração de empregos e renda para a população – afirmou.

No Brasil, destacou Camata, o BID atua no financiamento de projetos de infraestrutura, saneamento básico e urbanização de áreas carentes, entre outras.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Gerson Camata • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Iracema F. da Silva e Alberto R. Alvim
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
CEP 70165-920

Augusto alerta para aumento do câncer no Brasil e no mundo

O senador Augusto Botelho (PT-RR) fez um alerta ontem para a possibilidade de crescimento do número de casos de câncer na população brasileira e mundial nos próximos anos. Baseando-se em estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), Augusto, que é médico, informou que 84 milhões de pessoas poderão morrer em todo o mundo em decorrência de câncer nos próximos dez anos, caso não sejam implementadas medidas terapêuticas e preventivas adequadas. No Brasil, segundo ele, o crescimento da mortalidade pode ser maior por falta de acesso a modernos recursos terapêuticos disponíveis em países desenvolvidos.

– Nessa questão da prevenção, aliás, a OMS afirma que 30% das



Augusto: OMS estima que câncer matará 84 milhões em 10 anos

mortes poderiam ser evitadas com medidas simples, como a adoção de uma dieta pouco calórica e a prática diária de atividades físicas. No Brasil, a incidência de tumores do esôfago, por exemplo, pode despencar 60% se a população tiver uma vida mais saudável – disse.

Mozarildo celebra 34 anos da Polícia Militar de Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) saudou ontem os 34 anos da Polícia Militar de Roraima e disse que os seus integrantes serão beneficiados pela Proposta de Emenda à Constituição 41/08, de Renan Calheiros (PMDB-AL), que estabelece um piso salarial nacional para policiais civis e militares, inclusive bombeiros. Em análise no Senado, a proposta prevê a participação da União no custeio de parte desse piso.

– Não adianta querer ter segurança perfeita no país se deixarmos os estados à mercê de policiais mal pagos – afirmou. Já Augusto Botelho (PT-RR) disse que o contingente da Polícia Militar de Roraima deverá aumentar graças à realização de concurso público em 2010.



Para Mozarildo, só haverá segurança perfeita com policiais bem pagos

Mozarildo acrescentou que “tem que haver um esforço nacional para dar ao policial uma remuneração condigna com a realidade”, tendo em vista que eles vivem em “tensão permanente” em razão de suas atividades.

Zambiasi comemora aprovação de projeto que aperfeiçoa Fies

A aprovação pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) de projeto de lei (PLC 184/09) que muda regras do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para abater dívidas de médicos e professores da rede pública foi comemorada ontem por Sérgio Zambiasi (PTB-RS). Segundo ele, o projeto dá um grande passo para a solução do drama vivido por milhares de beneficiários do Fies.

Zambiasi lamentou não ter podido incluir as emendas apresentadas ao projeto para evitar nova análise pela Câmara dos Deputados, o que inviabilizaria a sanção da proposta pelo presidente da República ainda neste ano, a fim de que a lei possa vigorar já a partir de 2010.



Proposta ajuda a solucionar drama de milhares de beneficiários, diz Zambiasi

– Encaminhei sugestão de projeto a ser apresentado pela Comissão de Educação, com o apoio de todos os seus membros, contendo as modificações propostas pelas emendas apresentadas ao projeto – afirmou o senador.

Senador cita indicadores sociais e econômicos positivos para exortar presidente a não impedir equiparação do reajuste de aposentadorias ao do salário mínimo

Renan pede a Lula que não vete reajuste de aposentados

AO CITAR INDICADORES que sinalizam “o bom momento vivido pela economia no país”, Renan Calheiros (PMDB-AL) defendeu a equiparação do reajuste das aposentadorias ao do salário mínimo, com a aprovação de proposta (PL 1/07) em tramitação na Câmara dos Deputados.

Renan aposta em um acordo e fez um apelo ao presidente Lula para que não vete o reajuste, conforme anunciou.

– O retirante e destemido Lula irá aonde os técnicos não conseguiram ir, com os ganhos do crescimento econômico distribuídos de forma justa – afirmou.

O senador elogiou a capacidade do país de superar a crise econômica mundial e exibir indicadores econômicos “estimulantes”, como a geração de 1,1 milhão de novos empregos com carteira assinada, até outubro; a retirada de 19,4 milhões de pessoas da linha da pobreza; a alteração de faixa salarial de 18 milhões de pessoas nos últimos três anos; a mudança de previsão do produto interno bruto (PIB) de 4,5% em 2010 para 6,5%; o crescimento industrial sustentado sete meses seguidos, entre outros.

Renan ainda disse que o programa Bolsa Família e o reajuste progressivo do salário mínimo “não provocaram uma catástro-



“O retirante Lula irá aonde os técnicos não conseguiram ir, com os ganhos do crescimento econômico distribuídos de forma justa.”

fe na economia, como previam alguns”, e ressaltou que o Bolsa Família gerou um acréscimo de R\$ 43 bilhões ao PIB e proporcionou arrecadação extra de R\$ 12 bilhões aos cofres públicos.

Precatórios

Valdir Raupp (PMDB-RO) apertou Renan para parabenizá-lo pela apresentação de duas propostas de emenda à Constituição: a PEC 41/09, que flexibiliza as regras para pagamento de precatórios para estados e municípios, e a PEC 12/09, que cria piso salarial para os policiais civis e militares e bombeiros militares do Distrito Federal, aprovada na

CCJ e que vai para o Plenário.

Segundo Renan, a PEC 41/09 atenderá a estados como Alagoas, onde poucos escritórios concentram a venda de precatórios, após tomá-los, por cerca de 9% de seu valor de face, de servidores públicos em dificuldades. Essa situação, avalia, merece a investigação de uma CPI. Ele explicou que a PEC, modificada na Câmara, deve voltar ao Senado para nova votação. Já sobre a proposta de piso salarial para policiais e bombeiros, Renan pediu ao relator, Demostenes Torres (DEM-GO), que incluía na PEC, além dos investigadores, a categoria dos peritos criminais.

Situação fiscal está deteriorada, adverte Alvaro

O Brasil está num quadro de contínua deterioração fiscal, populismo, assistencialismo e perda de competitividade. O alerta foi feito pelo gestor de recursos da Crédit Suisse Hedging-Griffo (CSHG), Luis Stuhlberger, no relatório “A angústia de um gestor/Brasil: deterioração de fundamento x market timing”, cujas principais conclusões foram analisadas pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR) no Plenário.

Segundo o relatório, a crise internacional serviu como justificativa para o governo cometer retrocessos que afetam a consistência da política macroeconômica brasileira. Alvaro Dias comentou que o gestor criticou duramente o expansionismo fiscal, sobretudo os gastos correntes, e a tendência de maior intervencionismo na economia. O relatório de Stuhlberger, destacou o senador, é amplamente conhecido no Ministério da Fazenda e no Banco Central.

– Um ponto destacado pelo



Senador alerta para relatório de gestor do banco Crédit Suisse

prestigiado gestor de recursos do Brasil, e que considero de suma importância, diz respeito ao que ele denomina “política parafiscal”, ou seja, a expansão de crédito do BNDES e dos demais bancos públicos, empurrada por empréstimos do Tesouro. Para ele, o Ministério da Fazenda “descobriu uma estratégia para repassar os recursos para os bancos públicos sem afetar a dívida líquida” – afirmou Alvaro.

O senador explicou que a es-

tratégia vem sendo articulada da seguinte forma: a operação entre duas partes do setor público é neutra em termos de endividamento líquido, mas aumenta a dívida bruta. O relatório informa que os repasses do Tesouro para o BNDES somavam R\$ 137 bilhões até setembro passado. A dívida pública, acrescentou o senador, teria aumentado de 54,8% do produto interno bruto (PIB), em junho de 2008, para 66,5% do PIB, em setembro de 2009.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) observou que está sendo criado um clima no Brasil em que não se pode mais criticar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele exemplificou com o caso do cantor Caetano Veloso, que afirmou que o presidente é “analfabeto” e estaria sendo hostilizado por isso. Mozarildo recomendou ao presidente que ouça mais as pessoas que o criticam e preste menos atenção aos bajuladores.

Suplicy destaca redefinição das relações do Brasil com FMI

Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou ontem a redefinição das relações do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ele citou nota do Ministério da Fazenda divulgada quarta-feira informando que o Brasil decidiu integrar os Novos Acordos de Empréstimo (NAB –

New Arrangements to Borrow) do fundo, com uma contribuição de até US\$ 14 bilhões, ampliando a participação do país nas decisões da instituição. Ele ressaltou a importância do fato para o futuro da economia nacional e dos países em desenvolvimento.

O Brasil, informa a nota, já havia se comprometido a emprestar até US\$ 10 bilhões para o fundo. Essa contribuição, acrescida de US\$ 4 bilhões, formará o limite da participação do país nos NAB. A nota lembra a negociação do Brasil com o FMI, iniciada há cerca de nove

meses, em colaboração com Rússia, Índia e China. O resultado “foi uma vitória política importante, de acordo com o Ministério da Fazenda”. Pela primeira vez na história do FMI, diz o documento, os quatro países terão efetiva capacidade de veto na instituição.

Cristovam pede a Lula que interceda junto ao presidente do Irã em favor de cientista

Cristovam Buarque (PDT-DF) comunicou ontem ao Plenário ter transmitido ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio do Ministério das Relações Exteriores, pedido para que ele interceda junto ao presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, para evitar a condenação

à morte do cientista iraniano-americano Kian Tajbakhsh.

O cientista cumpre pena no Irã, onde foi condenado a 15 anos de prisão sob a acusação de ter participado das manifestações que ocorreram após as últimas eleições naquele país. Agora, informou

o senador, Kian Tajbakhsh está sendo acusado de espionagem, o que significa que poderá ser condenado à morte.

Cristovam pediu ao presidente Lula que dê um telefonema ao presidente do Irã, usando a autoridade que adquiriu ao recebê-lo no Brasil e lembrando a

maneira como ele foi recepcionado pelas autoridades brasileiras, e faça um apelo pela vida do cientista.

O senador acrescentou que, se fosse o presidente Lula, pediria também a Mahmoud Ahmadinejad o fim da pena de morte no Irã.

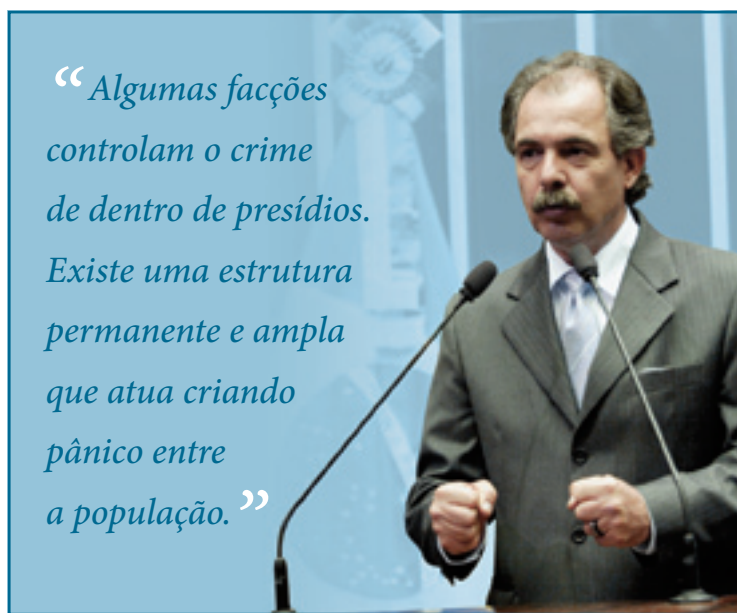
Mercadante quer pressa para projeto sobre repressão ao crime organizado

Senador chama a atenção do Plenário para a importância de se votar a proposta já na próxima semana. O texto prevê pena de três a dez anos para quem se envolver com organização criminosa e regulamenta a delação premiada

O SENADOR ALOIZIO Mercadante (PT-SP) chamou atenção para a importância de o Plenário votar já na próxima semana o projeto sobre a repressão ao crime organizado (PLS 150/06), aprovado na quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele lembrou que a proposição, elaborada pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), tem o objetivo de compatibilizar a legislação brasileira com a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, conhecida como Convenção de Palermo.

Autor do substitutivo aprovado, Mercadante destacou que o projeto prevê pena de três a dez anos para quem promover, constituir, financiar, cooperar, integrar ou favorecer, de forma direta ou interposta, qualquer tipo de organização criminosa.

Além de tipificar organização criminosa e estabelecer novos instrumentos para o seu



“Algumas facções controlam o crime de dentro de presídios. Existe uma estrutura permanente e ampla que atua criando pânico entre a população.”

combate, a proposta autoriza a infiltração policial durante as investigações e regulamenta a delação premiada.

– No Brasil, algumas facções controlam o crime de dentro de presídios. De lá são comandados o tráfico, os sequestros,

os homicídios e a chantagem praticada fora da cadeia. Existe uma estrutura permanente e ampla que atua, inclusive, em momentos como aquele ataque organizado à sociedade ocorrido em São Paulo que culminou com o assassinato de policiais e

Waldemir Barreto

agentes penitenciários, criando pânico entre a população – afirmou Mercadante.

O senador também explicou outro projeto apresentado por ele esta semana (PLS 530/09), que institui o programa Novas Oportunidades. De acordo com a proposta, trabalhadores com mais de 18 anos que não concluíram a educação básica poderão voltar aos bancos escolares aproveitando sua experiência profissional para abater disciplinas do currículo.

Mercadante inspirou-se em experiência que conheceu na sua última visita a Portugal. O parlamentar comentou que assistiu a imagens gravadas da formatura de uma turma de alunos beneficiados pelo programa. No vídeo, alunos adultos, emocionados, recebiam seu diploma e também um *laptop*, que é um prêmio adicional dado pelo governo português para quem retornar a sala de aula e concluir seu curso.



Waldemir Barreto

Raupp diz que legislação atual, em vigor desde 1965, está “anacrônica”

Raupp defende aprovação de novo Código Florestal

Valdir Raupp (PMDB-RO) defendeu ontem em Plenário uma atualização do Código Florestal Brasileiro, “anacrônico e que manca, há tempos, das duas pernas”.

A lei, elaborada em 1965, está sendo rediscutida em comissões da Câmara e do Senado e também, segundo explicou o parlamentar, por “quatro grupos sociais distintos” – ruralistas, ambientalistas, empresários e camponeses –, cada um com interesses e reivindicações próprios.

O senador afirmou que as discussões em torno do assunto entre parlamentares e governo não avançam, mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, atendendo a um apelo dos ruralistas, decidiu prorrogar por mais um ano e meio a entrada em vigor de decreto que obriga os produtores rurais a formalizar um compromisso de manter reservas legais em suas propriedades.

– Com o adiamento, os ruralistas terão mais tempo para mexer no Código Florestal. Na avaliação deles, tal decreto, com base na atual legislação ambiental, deslocaria milhões de proprietários para a ilegalidade – afirmou Raupp, para quem foi “sensata e prudente” a decisão de Lula.

O parlamentar lembrou ainda que o governo brasileiro anunciou há pouco a menor taxa anual de desmatamento da Floresta Amazônica desde 1988, quando a medição começou a ser feita.

– Na verdade, ninguém mais quer derrubar, ninguém quer desmatar, principalmente aqueles que têm o documento da terra. Mas eles querem compensações – afirmou o senador, que defendeu a aprovação de seu projeto (PLS 342/08) que trata do “desmatamento zero”.

Mão Santa: policiais de todo o país devem ter salário digno

Em pronunciamento ontem, Mão Santa (PSC-PI) disse que a violência do país não será efetivamente combatida enquanto os policiais não receberem um salário digno. Ele expressou apoio à Proposta de Emenda à Constituição 41/08, que institui um piso salarial nacional para policiais civis e militares, inclusive bombeiros. Apresentada por Renan Calheiros (PMDB-AL), a proposta está na pauta do Plenário e aguarda votação em primeiro turno.

– É uma vergonha, a violência não vai se acabar sem darmos aos policiais civis e militares um salário de dignidade – afirmou, considerando injusto que os policiais militares do Distrito Federal e dos outros estados do país sejam “inferiorizados” e mencionando a obra do jurista italiano Norberto Bobbio (1909-2004):



Genildo Magalhães

Para Mão Santa, violência não será combatida sem valorizar as polícias

– Ele disse que o mínimo que temos que exigir de um governo, vamos dizer, é segurança à vida, à liberdade e à propriedade. E realmente o nosso governo não vai bem quanto à segurança. Que respondam as brasileiras e os brasileiros. Vivemos numa sociedade que é uma verdadeira barbárie – declarou Mão Santa.

Mário Couto diz que violência mata 11 pessoas por dia em Belém

Os altos índices de violência no Pará levaram mais uma vez Mário Couto (PSDB-PA) a ocupar a tribuna. Ele citou matéria publicada pela imprensa local informando que ocorrem, em média, 11 assassinatos por dia em Belém.

– A violência que tomou conta do nosso país e se transformou em pesadelo no meu estado é incomparável. Dizem que o Rio de Janeiro e Pernambuco são estados violentos, mas nem de perto se comparam ao meu estado – afirmou.

Segundo o parlamentar, os carteiros, os funcionários da companhia de eletricidade que medem o consumo nas residências e os oficiais de justiça precisam “pagar pedágio para bandido” se quiserem entrar em determinadas ruas. Mário Couto responsabilizou a governadora Ana Júlia Carepa pela situação,



Waldemir Rodrigues

Mário Couto culpa governadora Ana Júlia Carepa pelo índice alarmante

afirmando que ela “nada faz para conter a criminalidade e chegou a devolver dinheiro recebido do Ministério da Justiça para combater a violência”.

– Pensei que iria aplicar os R\$ 21 milhões comprando carros, policiais, mas apenas trocou a cor da farda dos policiais e devolveu o resto – declarou o senador.

A água vale ouro

A água doce é um bem cada vez mais escasso. Hoje, 1,1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso à água potável. Medidas simples podem fazer a diferença.

